



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühler - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

AVULSO**SUMÁRIO**

**Proposta de Emenda à Constituição
do Estado do Paraná 02**

Proposta de Emenda à Constituição**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º O inciso XIV, do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“XIV - aprovar, por maioria absoluta, a exoneração de ofício do Procurador-Geral de Justiça, antes do término de seu mandato, na forma da lei complementar respectiva.”

Art. 2º - O inciso XIX do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“XIX - aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha.”

Art. 3º - O parágrafo 2º do artigo 59 da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Assembléia Legislativa, pela maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa.”

Art. 4º - O parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“§ 4º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.”

Art. 5º - O artigo 56 da Constituição do Estado do Paraná, passa a contar com o seguinte parágrafo único:

“Art. 56. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo.”

Art. 6º - Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação:

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Edson Strapasson, Tadeu Veneri, Cida Borghetti, José Maria Ferreira, Ademar Traiano, Hermas Brandão, Mauro Moraes, Luiz Fernandes da Silva Litro, Barbosa Neto, Hermes Fonseca, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Dobrandino da Silva, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Reni Pereira, Augustinho Zucchi e André Vargas.

JUSTIFICATIVA:

É errada a interpretação de que o voto secreto garante o livre exercício deliberativo do votante. A realidade, já evidenciada e expressa nas últimas décadas, prova que o voto secreto é um instrumento de uso de quem detém o poder, para garantir o sigilo na votação, possibilitando a corrupção e compra dos contrários às suas proposições. Os acontecimentos recentes, no Congresso Nacional, demonstraram integralmente para que serve o voto secreto.

A sociedade brasileira assiste indignada a diversos processos legislativos de inquéritos CPI's, que trabalham em suas investigações, com relatórios deliberados por votação aberta. Mas o Plenário, soberano, através do subterfúgio do voto secreto, inocenta corruptos e corruptores.

Esta Assembléia Legislativa não pode mais permanecer na obscuridade do voto secreto. Proposta de Emenda à Constituição 349/02, que acaba com o voto secreto está em tramitação no Congresso. A matéria já foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser levada à votação em plenário.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo já enterrou, de uma vez por todas, o voto secreto. No dia 20 de junho de 2001, foi votada por unanimidade, em segundo turno, a PEC - Proposta de Emenda Constitucional - que extingue o sigilo nas votações daquela Assembléia Legislativa.

Hoje, estamos avançando no processo democrático. A iniciativa desta Assembléia Legislativa deve se irradiar para o Congresso e todas as Casas de Leis do Brasil, para que o artifício do voto secreto seja página virada na história política brasileira.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres Pares desta Assembléia Legislativa, a procederem ao devido apoio à proposta de emenda constitucional que ora apresentamos, por se tratar de matéria, que antes de tudo, atende ao interesse do povo, dando vazão ao princípio da transparência dos atos públicos, desde o nascedouro da norma, pois chegou a hora de este Parlamento tomar posição, dizendo SIM, claramente, às proposições que devem ser aprovadas e NÃO às que devem ser rejeitadas, sem necessitar do subterfúgio do voto secreto, no processo legislativo.